

CONTRATO DE COMODATO DE ÁREA MEDINDO 3,85 Ha, LOCALIZADA NA FAIXA DE PROTEÇÃO DO RESERVATÓRIO DA ITAIPU, DESTINADA A OPERAÇÃO DO PORTO DE TRAVESSIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM: ITAIPU E MUNICÍPIO DE SANTA HELENA/PR.

ITAIPU, entidade binacional, constituída nos termos do Artigo III do Tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, com sedes em Brasília - DF, Brasil, no Setor Comercial Norte (SCN), Quadra 04, Bloco B, Edifício Centro Empresarial Varig, Sala 101 e em Assunção - Paraguai, na Av. España, 850, com escritório na cidade de Curitiba - PR, na Rua Comendador Araújo nº 551, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 00.395.988/0016-11, e em Foz do Iguaçu - PR, na Rua Silvio Américo Sasdelli, s/n, Vila A (CNPJ: 00.395.988/0014-50) sendo a Central Hidrelétrica de Itaipu localizada na Avenida Tancredo Neves, 6731, Foz do Iguaçu - PR (CNPJ: 00.395.988/0012-98), ora representada por seu Diretor-Geral Brasileiro, **JOAQUIM SILVA E LUNA**, e por seu Diretor-Geral Paraguaio, **ERNST BERGEN**, neste ato designada COMODANTE;

e, na qualidade de COMODATÁRIO, **MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.206.457/0001-19, com sede administrativa na Rua Paraguai, 1401, CEP 85.892-000, Santa Helena, Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **EVANDRO MIGUEL GRADE**, RG nº 7.519.127-8 SSP/RS e inscrita no CPF nº 043.100.379-33, residente e domiciliado na Rod. PR, nº 495, Pacuri Residencial, Vila Pacuri - CEP 85.892-000, Santa Helena - PR, conforme Termo de Posse de 08 de junho de 2018, doravante denominado simplesmente COMODATÁRIO,

resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **CONTRATO DE COMODATO**, na forma das cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CAPÍTULO I
DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - A ITAIPU é proprietária de áreas de terras situadas no município de Santa Helena, Estado do Paraná, as quais foram adquiridas por força do Decreto Federal nº 83.225, de 1º de março de 1979, para formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu e sua Faixa de Proteção.

CLÁUSULA SEGUNDA - Nessa qualidade e em conformidade com disposto na RDE-195/19, a ITAIPU cede, em regime de comodato ao Município de Santa Helena, o uso de uma área medindo 38.594,14 m² ou 3,85 ha, a título precário, localizada na Faixa de Proteção do Reservatório de Itaipu, entre os marcos da Poligonal Envolvente da



Daniel Zancanaro - Gerente JDP.JD
OAB-PR 34.780

Desapropriação da ITAIPU PEDI-346 e PEDI-348A, no município de Santa Helena, Paraná, devidamente caracterizada no Memorial Descritivo e Planta 2032-DI-25446-P R0 (Anexo I), que rubricado pelas partes, passa a integrar o presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - O imóvel objeto do presente Comodato destina-se única e exclusivamente a dar continuidade na operacionalização do Porto Internacional do Município de Santa Helena e das instalações necessárias para atendimento ao interesse público, permitindo que o COMODATÁRIO, mediante concessão ou outra modalidade legal aplicável, e respeitados os limites legais, destine à atividade de Porto, mediante travessia e atracadouro de embarcações, contribuindo para a integração das comunidades lindeiras ao reservatório do Brasil e no Paraguai, com intuito de propiciar o desenvolvimento sustentável, bem como o fomento do desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultura na área de influência, respeitadas as especificidades de cada país.

Parágrafo Primeiro - A implantação de qualquer benfeitoria ou infraestrutura no imóvel objeto do presente contrato será feita pelo COMODATÁRIO ou terceiros, nos termos do caput da presente cláusula e mediante prévia autorização da ITAIPU, após a obtenção das devidas licenças, devendo a execução das obras respeitar o disposto na legislação ambiental vigente, bem como as normas regulamentares da ITAIPU.

Parágrafo Segundo - o COMODATÁRIO será o responsável pela obtenção de autorizações e licenças que se fizerem necessárias junto aos órgãos competentes e de sua apresentação à ITAIPU antes do início das atividades programadas.

Parágrafo Terceiro - O COMODATÁRIO responderá por si e por seus prepostos, civil e criminalmente, perante os órgãos ambientais competentes, por todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, em decorrência da má utilização do imóvel objeto do presente Comodato, exonerando a ITAIPU de qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - É vedado ao COMODATÁRIO alterar a destinação do imóvel ora cedido, bem como a cessão de sua utilização no todo ou em parte a terceiros, sem prévia e expressa concordância da ITAIPU, exceto para ceder parte da respectiva área à Delegacia da Polícia Federal referente a utilização de uma base avançada de apoio do Núcleo Especial de Polícia Marítima - NEPOM visando a melhoria da segurança pública regional e internacional.

CAPÍTULO II

DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINTA - Fazem parte integrante do presente Contrato os documentos devidamente rubricados, abaixo relacionados:

- ANEXO I - Planta e Memorial Descritivo 2032-DI-25446-P R0
- ANEXO II - Manual de Procedimentos de Gestão Ambiental da ITAIPU.



Daniel Zancanaro - Gerente JDP.JD
OAB-PR 34.780


2

CAPÍTULO III
DA VIGÊNCIA E DURAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - O prazo de vigência deste Contrato será válido até 31 de Dezembro de 2023, contados a partir da assinatura do presente comodato, nos termos da RDE-195/19, a exclusivo critério da ITAIPU, podendo ser rescindido a qualquer momento por qualquer uma das partes mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Primeiro - Findo o prazo do presente comodato, sem que ocorra a sua renovação ou após esta, ou ainda em caso de sua rescisão, as benfeitorias implantadas, com ou sem autorização prévia da ITAIPU, reverterão, sem indenização alguma à sua propriedade, incorporando-se ao imóvel ora cedido.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão ou não renovação deste Contrato, a ITAIPU poderá optar pela recomposição ambiental da área, a expensas do COMODATÁRIO, promovendo a remoção das benfeitorias e outras instalações não condizentes com os preceitos ambientais ou o uso público.

CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

CLÁUSULA SÉTIMA - Constituem obrigações do COMODATÁRIO:

I - Zelar pelo imóvel cedido, fazendo-o inclusive com medidas policiais e judiciais apropriadas, de modo a mantê-lo sob sua guarda e proteção, dando-lhe uso adequado às leis civis e impedindo a permanência ou fixação de terceiros, responsabilizando-se por si e por outros perante a ITAIPU, pelo mau uso que se lhe dê, pelos consequentes prejuízos que terceiros sofrerem e por todos os ônus e despesas que a ITAIPU venha a ter, inclusive para a sua eventual desocupação, desobstrução ou limpeza;

II - Obter todas as licenças previstas na legislação brasileira de proteção ao meio ambiente para quaisquer alterações na área especificada na CLÁUSULA SEGUNDA, quer sejam por obras de readequação ou novas instalações e, inclusive, para as eventuais atividades a serem desenvolvidas, encaminhando cópia à ITAIPU, antes do início das atividades licenciadas, bem como executar os procedimentos e exigências nelas insertas, sob sua exclusiva responsabilidade, inclusive as diretrizes e providências emanadas do Ministério Público Federal.

a) Além das licenças previstas neste inciso, o COMODATÁRIO, deve obter a aprovação e autorização da Marinha Brasileira e de qualquer outra autoridade competente, para todas as obras que pretenda edificar sob e sobre as águas do Reservatório da Hidrelétrica ITAIPU, na forma da legislação específica, inclusive no

que se refere à operacionalização do Porto de Travessia do respectivo Município, dando igual conhecimento à ITAIPU da obtenção da aprovação e autorização conseguidas.

- III - Submeter-se à autoridade dos prepostos credenciados pela ITAIPU para, no uso de suas atribuições, fiscalizar o imóvel cedido e a sua utilização;
- IV - Submeter à aprovação prévia da ITAIPU no tocante a qualquer modalidade de benfeitoria que se pretenda realizar no Porto de Travessia do Município de Santa Helena, de modo a obter a sua concordância antes da implantação de qualquer obra de engenharia, observando os pressupostos e as definições técnicas, ambientais e de segurança.
- V - Sujeitar-se às exigências emanadas de autoridades Federais, Estaduais e Municipais;
- VI - O pagamento das tarifas correspondentes ao consumo de energia elétrica, água, esgoto, bem como a manutenção, em perfeito estado de conservação, das instalações a serem erigidas no imóvel cedido.
- VII - Manter extintores de incêndio em local de fácil acesso, dispondo de pessoal habilitado para manejá-los, responsabilizando-se pelas suas manutenções.
- VIII - Apresentar à Itaipu Licença da Marinha e Licenças Ambientais aplicáveis, devidamente aprovadas pelos órgãos competentes, para eficácia do presente contrato e, assim, pleno funcionamento e regularidade da área comodatada;
- IX - Apresentar à Itaipu a autorização da ANTAQ para o Porto Internacional de Santa Helena, bem como a outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, concedida pela Agência Nacional de Águas - ANA;
- IX - Assumir e respeitar os compromissos já firmados pela ITAIPU na área destinada ao Porto de Travessia do respectivo Município, mantendo-os dentro dos parâmetros de orientação da ITAIPU, e cumprir as recomendações contidas nas licenças emitidas pelos órgãos ambientais;
- X - Observar o disposto no Manual de Procedimentos de Gestão Ambiental da ITAIPU;
- XI - Observar que qualquer construção ou alteração do ambiente natural na Faixa de Proteção deverá ser restrita ao âmbito da área prevista para operacionalização do Porto de Travessia e das instalações necessárias para atendimento ao interesse público, obedecendo ao contido no Inciso II;
- XII - Ter no foco de atenção que as condições ambientais da área têm relação direta com os usos de montante e, portanto, na instalação de obras de apoio, dever-se-



Daniel Zancanaro - Gerente JDP.JD
OAB-PR 34.780

á relevar formas, equipamentos e preceitos conservacionistas.

XIII - Proteger e conservar os marcos da ITAIPU que delimitam a poligonal envolvente da desapropriação, bem como zelar pelas áreas verdes existentes;

a) - Além das áreas previstas neste inciso, o COMODATÁRIO obriga-se também a zelar pelas áreas contíguas da ITAIPU, impedindo invasões, depredações, destruições, bem como utilizações indevidas de tais áreas contíguas.

XIV - No caso de necessidade de aterro, o material necessário deverá ser obtido fora da Faixa de Proteção e para o caso de escavação, o material resultante dos trabalhos deverá ser depositado em área externa à Faixa de Proteção.

XV - Atender às recomendações contidas nas Licenças e Autorizações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), inclusive as diretrizes e providências emanadas do Ministério Público Federal e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), além daquelas previstas no Manual de Procedimentos de Gestão Ambiental da ITAIPU.

XVI - Inserir em todo e qualquer material de divulgação do Porto de Travessia, bem como nas promoções de qualquer evento que se pretenda nela realizar, a imagem institucional da ITAIPU. O referido material de divulgação deverá ter a aprovação da área de Comunicação Social da ITAIPU.

XVII - Assumir a segurança integral da área, responsabilizando-se por qualquer acidente e consequentes danos causados a prepostos, empregados ou seus frequentadores.

CLÁUSULA OITAVA - O COMODATÁRIO é responsável pelo pagamento de todo tributo federal, estadual ou municipal, que incida ou venha a incidir direta ou indiretamente sobre o imóvel ora comodatado, não podendo invocar a isenção tributária concedida à ITAIPU, para se furtar ao cumprimento de obrigação fiscal.

CLÁUSULA NONA - Se ocorrer danos ao imóvel cedido ou prejuízos a terceiros, em decorrência de ação ou omissão do COMODATÁRIO, de seus empregados, agentes ou prepostos, a responsabilidade, caberá exclusivamente ao COMODATÁRIO, que responderá civil e/ou criminalmente pelos prejuízos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA - O COMODATÁRIO responsabilizar-se-á pela segurança e vigilância do imóvel cedido, obedecendo às normas e regulamentos da ITAIPU, que disciplinam a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O COMODATÁRIO se obriga a restituir o imóvel cedido, quando solicitado pela ITAIPU, findo o prazo ou em função da rescisão do presente Contrato, livre e desembaraçado de pessoas ou coisas, em perfeito estado de

conservação, mediante notificação extrajudicial prévia, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do seu recebimento, sem direito a qualquer indenização.

CAPÍTULO VI DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato se dá a título absolutamente precário e será rescindido de pleno direito pela ITAIPU, mediante notificação e sem direito a qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Se o COMODATÁRIO realizar, sem prévia autorização da ITAIPU, ajustes e/ou convênios com terceiros para utilização do imóvel ou se utilizá-lo para fins diversos do que está expressamente determinado neste Contrato;
- b) Se o COMODATÁRIO realizar quaisquer modificações no imóvel, sem prévia anuência da ITAIPU;
- c) Se o COMODATÁRIO deixar de cumprir quaisquer das obrigações assumidas neste Contrato.
- d) Mediante mera solicitação da ITAIPU, nos termos da cláusula sexta do presente contrato;

CAPÍTULO VII DO GESTOR DO IMÓVEL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A Superintendência de Gestão Ambiental (MA.CD), será a área gestora responsável por fiscalizar o cumprimento das obrigações estipuladas no presente contrato.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A ITAIPU se reserva o direito de, quando julgar conveniente, efetuar inspeções no imóvel objeto do presente contrato, independentemente de aviso prévio ou consulta, bastando para tanto a identificação de seus empregados ou prepostos, comprometendo-se o COMODATÁRIO a atender a fiscalização da ITAIPU e a cumprir suas determinações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A ITAIPU não será responsabilizada em decorrência da oscilação do nível do Reservatório, tendo em vista que o represamento das águas pela Usina Hidrelétrica de Itaipu prioritariamente destina-se à geração de energia, estando por isso, sujeito à oscilação natural ou pela necessidade de operação, devendo esta



condição constar de quaisquer instrumentos jurídicos a serem celebrados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Obrigam-se as partes, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento deste Contrato, em todos os seus termos, cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A ITAIPU poderá ingressar no imóvel objeto deste contrato toda vez que lhe parecer conveniente, quer para a execução de serviços, quer para simples fiscalização, independentemente de aviso prévio ou consulta, bastando para tanto a identificação de seus empregados ou prepostos.

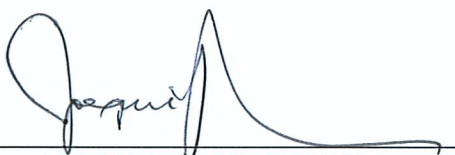
CAPÍTULO IX FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Para dirimir eventuais divergências oriundas do presente Contrato, fica eleito o Foro Federal da seção judiciária de Foz do Iguaçu, renunciando as partes a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos e direitos, na presença das testemunhas abaixo.

Foz do Iguaçu, 20 DEZ. 2019

ITAIPU:



JOAQUIM SILVA E LUNA
Diretor-Geral Brasileiro

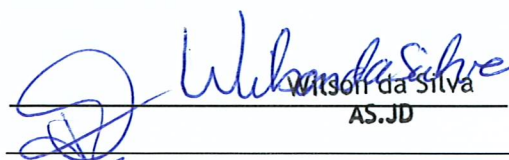
ERNST BERGEN
Diretor-Geral Paraguaio

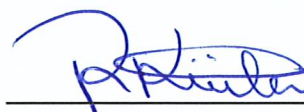
COMODATÁRIO:



EVANDRO MIGUEL GRADE
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:



Wilson da Silva
AS.JD
Daniel Zancanaro - Gerente JDP.JD
OAB-PR 34.780

Roseley de F. S. Küster
JDA.JD